**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

**Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria**

Gabriela Fernanda da Conceição

Gustavo Oliveira Silva

João Paulo de Barros Carvalho

Kelly Ferreira Lopes

**AS IMPLICAÇÕES DA ADOÇÃO DO CPC 29 NO SETOR DE AGRONEGÓCIOS**

**Um estudo de caso na empresa Suzano Papel e Celulose S.A.**

Belo Horizonte

2015

Gabriela Fernanda da Conceição

Gustavo Oliveira Silva

João Paulo de Barros Carvalho

Kelly Ferreira Lopes

**AS IMPLICAÇÕES DA ADOÇÃO DO CPC 29 NO SETOR DE AGRONEGÓCIOS**

**Um estudo acerca da Suzano Papel e Celulose S.A.**

Trabalho Interdisciplinar apresentado ao curso de Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria – Unidade Barreiro, como requisito parcial para aprovação nas disciplinas do 6º período.

Professores: Danilo Lacerda Borges

 Othon Pereira de Mello

 Sergio Luiz Ferreira Mol

 Vagner Antônio Marques

Belo Horizonte

2015

*Você nunca sabe que resultados virão da sua ação,*

*Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.*

*(*[*Mahatma Gandhi*](http://pensador.uol.com.br/autor/mahatma_gandhi/)*, 2014)*

**RESUMO**

Este trabalho tem como foco principal verificar as informações que foram apresentadas nas demonstrações contábeis e notas explicativas da empresa, bem como verificar como são divulgadas essas informações de acordo com o CPC 29 na empresa Suzano Papel e Celulose S.A. A primeira parte deste trabalho foi desenvolvida com base em pesquisa documental e bibliográfica, com a finalidade de entender melhor sobre os conceitos inerentes a ativos biológicos, tributos incidentes desta atividade e índices que podem ser calculados para se verificar a situação financeira da empresa, sendo que todas as informações coletadas desta parte foram de carácter teórico. Na segunda parte deste trabalho, foram mencionados quais foram os procedimentos metodológicos utilizados para que a pesquisa fosse realizada, e por fim a análise de dados foi feita com base nas Demonstrações e notas explicativas divulgadas pela empresa Suzano Papel e Celulose, onde foi feita uma confrontação e comparação da forma que os ativos biológicos eram mensurados antes e depois da adoção do CPC 29. Ao fim deste trabalho conclui-se que devido á importância do agronegócio ao PIB brasileiro, o CPC 29 busca trazer esclarecimento sobre algumas particularidades que somente a agricultura, possui como seus ativos biológicos, por ganharem ou perderam valor em decorrência das transformações biológicas que são naturais e que hoje em dia a estar alinhado com as normas internacionais de contabilidade instituídas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, passa a ser essencial a fim de captar recursos de terceiros, para atender suas necessidades de capital de giro, e conseguir os recursos financeiros necessários e demandados para financiamento de suas atividades.

Palavras-chave: CPC 29. Mensuração Ativos Biológicos.

**LISTA DE FIGURAS**

|  |  |
| --- | --- |
| FIGURA 1 – Mensuração Valor Justo........................................................................... | 26 |

**LISTA DE TABELAS**

|  |  |
| --- | --- |
| TABELA 1 - Demonstração do Resultado do Exercício de 2014.....................................TABELA 2 – Tributos a Recuperar...................................................................................TABELA 3 – Demonstração do Resultado do Exercício 2014/2014................................TABELA 4 – Balanço Patrimonial 2014/2013..................................................................TABELA 5 – Capital de Giro............................................................................................TABELA 6 – Necessidade de Capital de Giro..................................................................TABELA 7 – Saldo de Tesouraria..................................................................................... | 27282829303132 |

**LISTA DE SIGLAS**

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CMPC – Custo Médio Ponderado de Capital

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

EVA - *Economic Value Added*

ROI - R*eturn on investment*

**SUMÁRIO**

|  |  |
| --- | --- |
| **1 INTRODUÇÃO................................................................................................................*** 1. **Contextualização...........................................................................................................**
	2. **Problema........................................................................................................................**
	3. **Objetivos........................................................................................................................**
		1. ***Objetivo Geral...........................................................................................................***
		2. ***Objetivos Específicos................................................................................................***
	4. **Justificativa....................................................................................................................**

**2 REFERENCIAL TEÓRICO...........................................................................................****2.1 Relevância da Informação Contábil............................................................................****2.2 Contabilidade a Agropecuária: Conceitos e Implicações..........................................****2.3 Introdução ao Agronegócio: Reconhecimento e Mensuração...................................*****2.3.1 Reconhecimento do ativo biológico ...........................................................................*****2.4 Indicadores de desempenho econômico e financeiros................................................*****2.4.1 Capital de Giro............................................................................................................******2.4.2 Necessidade de Capital de Giro..................................................................................******2.4.3 Tesouraria...................................................................................................................******2.4.4 Retorno sobre investimentos (ROI)............................................................................******2.4.5 Lucro Residual............................................................................................................*****2.5 Contabilidade fiscal e tributária..................................................................................*****2.5.1 Regimes tributários.....................................................................................................******2.5.2 Tributação na Atividade Rural...................................................................................**** + 1. ***Incentivos Fiscais.....................................................................................................***

**3 METODOLOGIA..........................................................................................................****3.1 Tipos de pesquisa..........................................................................................................****4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS..........................................................*** 1. **Empresa.......................................................................................................................**
	2. **Tratamento do Ativo Biológico pela Suzano Papel e Celulose S.A..........................**
	3. **Diferenças de reconhecimentos nas demonstrações...................................................**
	4. **Benefícios fiscais e tributos a compensar....................................................................**
	5. **Análise dos Indicadores Financeiros da Suzano Papel e Celulose S.A....................**
		1. ***ROI............................................................................................................................***

***4.5.2 Lucro Residual............................................................................................................******4.5.3 NGC, Capital de giro e Tesouraria.............................................................................*****5 CONCLUSÃO................................................................................................................****REFERÊNCIAS.................................................................................................................** | **9****9****9****10****10****10****10****11****11****12****13****14****15****16****16****17****18****18****19****20****21****22****23****23****25****25****25****26****27****28****28****29****30****32****34** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
|  |

 |  |

**1 INTRODUÇÃO**

Hoje em dia pode-se verificar uma grande dificuldade que as empresas encontram no que se refere a veículos que auxiliem na tomada de decisão, como alternativas para vencer os obstáculos financeiros. Nesse sentido a contabilidade contribui substancialmente de modo a facilitar o processo decisório, fornecendo informações relevantes.

Segundo Marion (2012) a contabilidade tem como propósito promover aos gestores, diretores, gerentes, administradores e todos os interessados, informações úteis que servirão para o gerenciamento e suporte para o processo decisório, esse processo decisório tem como ponto de partida as demonstrações contábeis que são produzidas a partir da contabilidade. São grandes as ferramentas para planejar e controlar, de forma a evidenciar as informações referentes à situação patrimonial, econômica e financeira de uma organização.

**1.1 Contextualização**

Com a adesão das normas internacionais de contabilidade no Brasil, o setor agropecuário passou a elaborar seus demonstrativos contábeis a partir do pronunciamento técnico Comitê de Pronunciamentos Contábeis 29 (*IAS* 41). É relevante ressaltar a importância do CPC 29, que aborda sobre ativos biológicos, onde este pronunciamento apresenta todas as orientações, no que se refere ao tratamento, mensuração, reconhecimento de ganhos e perdas, evidenciação de métodos e premissas significativas aplicadas na técnica do valor justo, descrição de grupos de ativos biológicos e apresentação de conciliações.

O CPC 29 tem como objetivo dar maior transparência a informação contábil ligada a ativos biológicos, de maneira a proporcionar a diversos usuários, em especial a usuários externos, condições apropriadas para avaliação dos parâmetros e números informados nas demonstrações financeiras das principais empresas do agronegócio brasileiro.

* 1. **Problema**

Tendo em vista as discussões, entendimentos a respeito da mensuração e reconhecimento dos ativos biológicos, e com o intuito de melhor contribuir para o melhor entendimento do tema, surge a seguinte pergunta de pesquisa: Como os ativos biológicos eram reconhecidos antes do CPC 29 e como são reconhecidos após a emissão do pronunciamento?

* 1. **Objetivos**
		1. ***Objetivo Geral***

Demonstrar qual foi a mudança que ocorreu com a adoção do CPC 29, em relação a mensuração dos ativos biológicos e divulgação das informações.

* + 1. ***Objetivos Específicos***
* Demonstrar os métodos de reconhecimento dos ativos biológicos, antes e depois da adoção do CPC 29;
* Analisar o reconhecimento dos ganhos e perdas contábeis na agricultura;
* Calcular e analisar índices financeiros da empresa Suzano Papel e Celulose S.A; e
* Analisar a ligação dos tributos com o fluxo de caixa.
	1. **Justificativa**

Tendo em vista que o cenário brasileiro de contabilidade está em constante mudança, para se adequar as normas internacionais, esta pesquisa justifica-se a fim de esclarecer a importância da publicação e as orientações do CPC 29 para as empresas do setor de agronegócios, através disso buscamos abordar termos inerentes ao assunto proporcionando aos estudantes, profissionais da área e demais interessados a compreensão da importância da mensuração dos ativos biológicos a valor justo.

**2 REFERENCIAL TEÓRICO**

**2.1 Relevância da Informação Contábil**

A contabilidade surgiu em função da necessidade de controle do patrimônio, contudo com a formação de grandes empresas a contabilidade passou a ser de interesse de grupos cada vez maiores como, por exemplo, acionista, fornecedores, gestores, banqueiros entre outros. Isso ocorreu pelo fato das empresas terem se tornado assunto de relevante interesse social. Com isso a contabilidade surgiu para atender as necessidades e responder as dúvidas de seus usuários.

Segundo Marion (2012) a contabilidade é uma ciência que busca gerar informações de qualidade que possam ser usadas no processo decisório das empresas, ajudando os usuários internos e externos a conhecerem os dados econômico-financeiros das instituições, contudo a sua utilidade está diretamente ligada com o grau de confiabilidade e consistência das informações.

No âmbito interno das empresas, as informações contábeis são essenciais, pois nelas que são fundamentadas as tomadas de decisões no processo de gestão. Já no âmbito externo existem os interesses financeiros e os principais interessados pelo desempenho da gestão são investidores, gestores, governo, instituições financeiras, dentre outros.

O principal objetivo a ser atingido pelas informações contábeis ressaltadas por Goulart é:

“[...] é promover informação útil para a avaliação das decisões empresariais passadas, e dos métodos utilizados nestas decisões. A avaliação, no caso, possui duas faces: (1) avaliação pela gestão, com o objetivo de tomar melhores decisões possíveis de ação em um futuro incerto; (2) avaliação da gestão ou, mais amplamente, do desempenho da empresa, por acionistas, credores (incluindo bancos), agências governamentais de regulação e outros usuários externos interessados, de maneira que possa também realizar melhores julgamentos a respeito às atividades da empresa.” (GOULART, 2003 p.54).

Segundo Marion “[...] a contabilidade pode ser considerada como um sistema de informação destinado a prover seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisão”. (MARION 2012, p. 27). Assim as análises na maioria das vezes possuem como suporte as suas demonstrações, que permitem uma verificação mais detalhada da situação atual da empresa.

De acordo com a deliberação 488 da Comissão de Valores Mobiliários:

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o

resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados. Para atingir esse objetivo, as demonstrações contábeis fornecem informações sobre os seguintes aspectos de uma entidade:

* 1. Ativos;
	2. Passivos;
	3. Patrimônio líquido;
	4. Receitas, despesas, ganhos e perdas; e
	5. Fluxo financeiro (fluxos de caixa ou das origens e aplicações de recursos). (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2005).

**2.2 Contabilidade Agropecuária: Conceitos e Implicações**

Com a economia cada vez mais globalizada, o mercado do agronegócio passa ter uma maior relevância na economia brasileira, de acordo com o Ministério da Agricultura (2015) esse setor representa cerca de 23% do PIB brasileiro, sendo o PIB do setor agrícola de R$ 1,1 trilhão, e movimentando cerca R$ 461,6 bilhões por ano.

Para trazer um melhor entendimento, e padronização com as normas internacionais de contabilidade, o CPC através do seu vigésimo nono pronunciamento, busca trazer formas de mensurar ativos biológicos que sofreram mudanças e transformações biológicas, compreendendo ao cultivo de plantas temporárias e permanentes, e criação de animais para produção e corte.

O CPC 29 define como atividade agrícola como, uma atividade diferente das outras atividades, pois sofre transformações com o decorrer do tempo, sendo através de aumento de rebanhos, silvicultura, colheita anual ou constante, cultivo de pomares e de plantações, floricultura e cultura aquática sendo incluindo criação de peixes.
As distinções da atividade agrícola de acordo com o CPC 29:

1. capacidade de mudança. Animais e plantas vivos são capazes de transformações biológicas;
2. gerenciamento de mudança. O gerenciamento facilita a transformação biológica, promovendo, ou pelo menos estabilizando, as condições necessárias para que o processo ocorra (por exemplo, nível de nutrientes, umidade, temperatura, fertilidade, luz). Tal gerenciamento é que distingue as atividades agrícolas de outras atividades. Por exemplo, colher de fontes não gerenciadas, tais com o pesca no oceano ou desflorestamento, não é atividade agrícola; e
3. mensuração da mudança. A mudança na qualidade (por exemplo, mérito genético, densidade, amadurecimento, nível de gordura, conteúdo proteico e resistência da fibra) ou quantidade (por exemplo, descendência, peso, metros cúbicos, comprimento e/ou diâmetro da fibra e a quantidade de brotos) causada pela transformação biológica ou colheita é mensurada e monitorada como uma função rotineira de gerenciamento. (CPC 29, 2009, p.3).

Devido a ter características particulares o CPC 29 define alguns termos específicos para a atividade agrícola como:

Produção agrícola é o produto colhido de ativo biológico da entidade. Ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos. Transformação biológica compreende o processo de crescimento, degeneração, produção e procriação que causam mudanças qualitativa e quantitativa no ativo biológico. Despesa de venda são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda de ativo, exceto despesas financeiras e tributos sobre o lucro. Grupo de ativos biológicos é um conjunto de animais ou plantas vivos semelhantes. Colheita é a extração do produto de ativo biológico ou a cessação da vida desse ativo biológico. (CPC 29, 2009, p.3).

**2.3 Introdução ao Agronegócio: Reconhecimento e Mensuração**

O CPC 00 define ativo como um benefício econômico futuro que vai gerar e contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa de empresa, onde essa potencialidade pode ser produtivo, quando o recurso for parte integrante das atividades operacionais da entidade, onde pode também ter a forma de conversibilidade em caixa ou equivalentes de caixa ou pode ainda ser capaz de reduzir as saídas de caixa, como no caso de processo industrial alternativo que reduza os custos de produção.

Portanto o CPC 29 é aplicado para os ativos biológicos e seus produtos advindos dele, sendo considerados aqueles obtidos até o ponto da colheita, tendo como característica a mudança biológica gerenciável e mensurável, após esse momento o CPC 16 que trata dos estoques é o mais adequado, pois trata de produtos agrícolas e produtos processados, que não são tratados e especificados no CPC 29.

A mensuração do ativo biológico, é feita pela avaliação do valor justo, que busca refletir o valor de mercado no momento atual desse ativo.

O valor justo é uma espécie de mensuração que visa uma aproximação da realidade, mensurar o valor justo se torna estimar o a quanto valeria o ativo ou passivo na data de sua apuração ou negociação da sua transação, de acordo com Padoveze , há três outras definições de valor justo sobre o ponto de vista de órgãos contábeis:

**Conceito Internacional – IFRS** ‘‘ o montante pelo qual um ativo poderia se trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas, em uma transação sem favorecimentos. ’’

**Conceito norte-americano – US-Gaap** ‘‘ preço que poderia ser recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado, sem favorecidos. ’’

**Conceito Brasileiro – BR-Gaap** ‘‘ Valor justo é valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem pra a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. ’’ (PADOVEZE, 2012, p. 235).

De acordo com o Manual de Normas Internacionais de Contabilidade (2010) o valor justo é o valor recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data da mensuração da operação, assim corresponde como a melhor estimativa possível para mensurar um ativo ou passivo.

Com isso valor justo deve ser mensurado de forma confiável, demostrando os custos estimados até o ponto de venda, porém em algumas situações as informações disponíveis não são confiáveis, então pode-se utilizar a mensuração pelo método de custo desse ativo.

De acordo com site IFRS Brasil (2015) pode-se avaliar o ativo pelo método de custo quando “[...] em certas situações onde os preços disponíveis não são confiáveis.”.

Segundo Almeida (2010) o custo deve compreender, por todos os gastos com a sua aquisição, transformação.

De acordo com Martins citado por Tinoco (1992) denomina custo histórico como aquele que representa o valor pelo qual um elemento do ativo foi adquirido, ou construído, não levando em consideração qualquer alteração monetária, onde também não considera a variação do preço específico dos ativos estocados, tendo o seu lucro pela diferença observada entre as receitas e as despesas.

Além disso o CPC 29, diz que somete se deve utilizar como mensuração o método de custo, quando não tiver um mercado disponível e confiável para sua apuração, sendo o seu estoque mensurado pelo custo de produção e tendo somente a sua receita reconhecida no memento da sua venda, diferentemente do valor justo que é o reconhecimento do ativo pelo valor de mercado, tendo a sua receita reconhecida a cada demonstração, assumindo a variação de mercado ocorrida nesse período.

***2.3.1 Reconhecimento do ativo biológico***

Devido à adoção das normas internacionais de contabilidade pelo Brasil, a contabilidade, passou a ter um padrão internacional para fins de divulgação, e transparência nas informações disponibilizadas ao mercado. No que tange a principal mudança com adoção do CPC 29, para empresas da atividade agrícola no ponto da colheita, Araújo (2012) esclarece que antes da adoção do CPC 29 era utilizada mensuração dos ativos biológicos através da NBC-T 10.14 (Entidades Agropecuárias), sendo que o ativo era avaliado pelo custo histórico e reconhecido o seu ganho ou perda somente na realização da venda.

Através disso Araújo esclarece os principais efeitos na mudança de reconhecimento dos ativos biológicos pelo custo histórico em relação ao valor justo:

[...] o efeito apurado a valor justo tem seus reflexos no ativo não circulante, no patrimônio líquido e os correspondentes impostos diferidos devendo afetar o resultado do exercício. É importante ressaltar, que não ocorrerá uma alteração financeira ou no fluxo de caixa, apenas as demonstrações contábeis serão evidenciadas com a mesma linguagem internacional (*IAS 41*), permitindo assim, que as empresas apresentem uma uniformidade em suas informações, o que insere o segmento do agronegócio brasileiro na comparabilidade internacional. (ARAÚJO, 2012, p. 46),

Com a adoção do CPC 29 o reconhecimento dos ganhos e perdas na agricultura se dá pelo valor justo ou de mercado, menos as despesas de vendas, cuja a relação inicial ativo biológico, frente a produção de produto agrícola decorrente das mudanças no valor justo, diminuindo as despesas gastas para a venda desse ativo biológico.

A agricultura é um setor muito suscetível a mudanças e transformações biológicas, a exemplo de nascimento de animais e crescimento de plantas, assim a orientação do CPC 29 é que os ganhos e as perdas vindas da atividade agrícola sejam reconhecidos e incluídos no resultado no período em que fato ocorrer, devendo ser reconhecido desde o momento inicial do produto até o ponto da colheita do mesmo.

Silva apresenta três importantes pontos para análise das mudanças da atividade agrícola:

[...] apresentar a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente, que irá incluir o ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda; os aumentos devido às compras; e as reduções atribuíveis às vendas e aos ativos biológicos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos mantidos para essa finalidade. (SILVA, 2012, p.57).

**2.4 Indicadores de desempenho econômico e financeiros**

O papel da controladoria é definido por Beuren (2000) como, ceder dados e informações para o processo de gestão, auxiliando no alcance dos interesses da empresa, dados esses baseados em eventos passados e eventos futuros.

Quanto a compreensão, ao método aplicado para controladoria, e a necessidade de sistemas de informação, Almeida afirma que:

[...] a controladoria não pode ser vista como um método voltado ao como fazer. Para uma correta compreensão do todo, devemos cindi-la em dois vértices: o primeiro como ramo do conhecimento responsável pelo estabelecimento de toda a base conceitual, e o segundo como órgão administrativo respondendo pela disseminação do conhecimento, modelagem e implantação de sistemas de informação. (ALMEIDA et al. 2001, p. 344).

Dados financeiros podem nortear as tomadas de decisões estratégicas através da observação prática dos dados e da projeção. Como consolidação, a controladoria financeira busca os dados em sua origem e os transformam de forma com que seja apresentado de mais claramente, servindo de embasamento para análises e direcionamento empresarial, dentre essas consolidações, se encontram o capital de giro e a necessidade do capital de giro.

***2.4.1 Capital de Giro***

Silva (2002) enfatiza que “o capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais, que vão desde a aquisição de matérias-primas (mercadorias) até o recebimento pela venda do produto acabado”.

Brigham (1999) ao se tratar de capital de giro, devem ser questionados os pontos referentes á quantia de ativos correntes a serem mantidos pela entidade, e como os ativos correntes devem ser financiados. Isso demonstra a relevância que deve ser dada ao capital empregado nos ativos, sejam eles financiados por origem própria ou financiados através de terceiros.

 Segundo Braga (1991), “a administração do capital de giro constitui um processo de planejamento e controle dos recursos financeiros aplicados no ativo circulante das empresas”.

***2.4.2 Necessidade de Capital de Giro***

Como apresentando, entende-se como capital de giro os recursos necessários para com que a empresa opere em suas atividades, e essa necessidade deve ser constantemente avaliada.

Para Matarazzo (1995), necessidade de Capital de Giro não é só um “conceito fundamental para a análise da empresa do ponto de vista financeiro, ou seja, análise de caixa, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade”. Afirma também que a necessidade de capital de giro é a diferença entre o ativo circulante operacional e o passivo circulante operacional, representado matematicamente pela fórmula abaixo:

NCG = ACO - PCO

Onde:

1. NCG = Necessidade de Capital de Giro
2. ACO = Ativo Circulante Operacional
3. PCO = Passivo Circulante Operacional

 Matarazzo (1995), ainda define o ativo circulante operacional como o capital empregado em atividades de compra, produção, estocagem e venda. Como exemplo, são citados os estoques e saldos a receber de clientes. O passivo circulante operacional, por sua vez, é o financiamento decorrente dessas atividades, um exemplo seriam as duplicatas de fornecedores a pagar.

 Segundo Matarazzo (1995), pode ocorrer as seguintes situações ao ser verificada a relação de Ativo Operacional Circulante e Passivo Operacional Circulante em uma determinada organização:

Ativo Circulante Operacional menor que Passivo Circulante Operacional: é a situação normal na maioria das empresas. Há uma NCG para a qual a empresa deve encontrar fontes adequadas de financiamento;

Ativo Circulante Operacional igual ao Passivo Circulante Operacional: Neste caso a NCG é igual a zero e, portanto a empresa não tem necessidade de financiamento para giro;

Ativo Circulante Operacional maior que Passivo Circulante Operacional: A empresa tem mais financiamentos operacionais do que investimentos operacionais. Sobram recursos das atividades operacionais, os quais poderão ser usados para aplicação no mercado financeiro ou para expansão de planta fixa (MATARAZZO, 1995, p.344).

 Matarazzo (1995) acrescenta definindo que como forma de financiamento das Necessidades de Capital de Giro, a empresa conta normalmente com três alternativas: Capital Circulante Próprio; Empréstimos e Financiamentos e o Desconto de Duplicatas.

***2.4.3 Tesouraria***

Costa et al, (2008) conceitua a tesouraria como sendo a diferença entre os ativos circulantes financeiros e passivos circulantes financeiros de curto prazo, sendo que este indicador também mede o risco da entidade

Silva (2005) afirma que uma diferença elevada no saldo de tesouraria pode estar relacionada à má administração financeira, muitas vezes causadas pela baixa rotatividade dos estoques, que por sua vez indica deficiência nas vendas, ou ao encurtamento nos prazos de pagamentos, podendo ser influenciado também por um aumento de volumes negociados junto aos fornecedores, ou ainda aumento nos prazos médios de recebimento.

***2.4.4 Retorno sobre investimentos (ROI)***

O Centro de Responsabilidade é um processo de identificação, mensuração, acumulação, decisão e informação dos eventos econômicos e de atividades específicas determinadas a cada gestor dentro de uma empresa, capaz de controlar recursos através de centros de responsabilidade. Cardoso (2007) et al afirma que a classificação dos Centros de Responsabilidade são:

1. Centro de Custos (ou gastos);
2. Centro de Receita;
3. Centro de Resultado; e
4. Centro de investimento.

O Centro de investimento é um centro de lucro com autonomia nos investimentos, onde o gestor tem controle sobre sua decisão. Garrison e Noreen afirmam que:

Quando uma companhia é verdadeiramente descentralizada, os gerentes dos segmentos têm uma grande dose autonomia. Essa autonomia é tão grande que os diversos centros de investimentos e de lucros muitas vezes são considerados negócios praticamente independente, e seus gerentes têm o controle sobre decisões como se estivessem, na verdade, conduzindo suas próprias empresas. Com essa autonomia frequentemente se estabelece uma competição acirrada entre os gerentes, cada qual lutando para tornar o seu segmento o “melhor” da empresa. (GARRISON; NOREEN, 2004, p. 395).

 Garrison e Noreen (2004) explicam que quanto maior for o retorno sobre o investimento R*eturn on investment* (ROI) de um segmento, maior será o lucro gerado por unidade monetária investida através de seus ativos operacionais, logo o ROI é um indicador de desempenho que mensura a capacidade dos investimentos gerarem lucro (bruto, antes dos impostos ou líquido) e permite que os gerentes possam medir a taxa de retorno que os centros de investimento podem gerar sobre seus ativos.

***2.4.5 Lucro Residual***

Cardoso (2007) et al explicam que outro retorno sobre investimento que também se avalia o desempenho é o Lucro Residual que é um indicador de desempenho que considera como lucro apenas a parcela do resultado que vier a exceder a um pré-determinado custo de capital. Explicam também que o lucro residual é igual ao lucro operacional líquido que excede o lucro exigido, onde o lucro exigido é:

Igual ao produto entre a taxa de retorno exigida de investimento e o valor dos investimentos aplicados nesse centro de responsabilidade. A taxa de retorno exigida é o custo de oportunidade do capital aplicado, ou seja, o Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Existem diversas maneiras de se calcular o valor dos investimentos aplicados no centro de investimentos. (CARDOSO; MÁRIO; AQUINO, 2007, p. 321).

De acordo com Cardoso (2007) o custo médio ponderado de capital como o próprio nome já diz corresponde à média dos custos do capital próprio e dos custos de capital de terceiros, sendo que ambos são ponderados pelo respectivo peso no financiamento dos investimentos no centro. Ainda explica que o percentual identificado pelo CMPC demonstra a remuneração mínima exigida pelos proprietários de capital que são os credores e acionistas da entidade, ou seja, o retorno mínimo que os investimentos da entidade deve gerar, para tornarem se economicamente atrativos.

 Segundo Garrison e Noreen o Valor Econômico Agregado – EVA (*Economic Value Added*) corresponde a um aprimoramento do Lucro Residual, pois o que os difere são apenas alguns detalhes “[...] quando o lucro residual ou o valor econômico agregado é empregado na mensuração do desempenho, o objetivo é maximizar o valor total do lucro residual ou o valor econômico agregado, e não o ROI.” (GARRISON; NOREEN, 2004, p. 399).

 Em resumo para fins de avaliação de desempenho dos gerentes, existem pelo menos três tipos de métodos que seria: o centro de custo, centro de lucro e centro de investimento. O retorno sobre investimento (ROI) é extensivamente utilizado para avaliar o desempenho do centro de investimento. No entanto, há uma disposição para o uso do lucro residual ou o valor econômico agregado, em vez do ROI. O lucro residual e o valor econômico agregado estimulam os gerentes aos investimentos lucrativos em muitas situações em que o método ROI não os incentivaria.

**2.5 Contabilidade fiscal e tributária**

Segundo Pohlmann (2012) a contabilidade tributária pode ser definada como um,

[...] ramo da contabilidade que se dedica ao estudo dos princípios, conceitos, técnicas, métodos e procedimentos aplicáveis a apuração dos tributos devidos pelas empresas e entidades em geral, á busca e análise de alternativas para a redução da carga tributária e ao cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas pelo fisco. (POHLMANN, 2012, p.14)

Ainda de acordo com Pohlmann (2012) na atualidade a maioria das empresas não só do Brasil, tem se tornado cada vez mais relevantes assuntos inerentes a contabilidade tributária, devido o grande volume de impostos tanto em espécie quanto em valores monetários, chamando atenção para estudos que visem a identificação de forma que sejam capazes de reduzir o recolhimento dos tributos e contribuições amparados por Lei.

**2.5.1 *Regimes tributários***

Com a grande quantidade de empresas e de segmentos existentes no Brasil, encontramos também regimes de tributação diferenciados para determinas atividades e até pelos valores de faturamento. No Brasil hoje temos como opção para a tributação o Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, sendo que cada um, possui uma particularidade bem como vantagens e desvantagens.

No simples Nacional de acordo com Lei Complementar 123/06 o contribuinte tem o recolhimento mensal mediante a um único documento de arrecadação dos seguintes impostos:

1. IRPJ (Imposto de renda pessoa jurídica);
2. CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
3. COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social);
4. PIS (Contribuição para o PIS/Pasep);
5. CPP (Contribuição Patronal Previdenciária), exceto para empresas que prestem atividades de **construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores, serviço de vigilância, limpeza ou conservação e** serviços advocatícios;
6. ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) e
7. ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

Neste regime de tributação o contribuinte terá como limite de faturamento R$ 3.600.000,00 anual.

No Lucro Presumido de acordo com a Lei 12.814/13 poderá optar a pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000.000,00 ou a R$ 6.500.000,00, sendo que de acordo com o Decreto 3.000/99 não poderão optar empresas:

1. Cuja receita total, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de vinte e quatro milhões de reais, ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses;
2. cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
3. que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
4. que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;
5. que, no decorrer do ano-caledário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do [art. 222](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3000.htm#art222);
6. que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultante de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*). (BRASIL, 1999).

Lucro Real é o lucro líquido apurado na escrituração contábil, com observância das normas da legislação comercial, ajustado no Livro de Apuração do Lucro Real –LALUR, pelas adições, exclusões e compensações prescritas ou autorizadas pela legislação tributária de acordo com o Decreto 3.000/99.

Poderão optar pelo Lucro Real empresas que tenham as características que as empresas do Lucro Presumido não podem apresentar e de acordo com a Lei 9.718/98 e as pessoas jurídicas,

[...] cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses o período, quando inferior a 12 (doze) meses. (BRASIL, 1998)

**2.5.2 *Tributação na Atividade Rural***

A tributação de empresas do segmento rural se dá da mesma forma que para empresas de outros segmentos. A diferença mais significativa está em de acordo com a Lei 9.065/95 em seu Art. 15 onde a compensação dos prejuízos decorrentes da atividade rural, com lucro real da mesma atividade, não se aplica o limite de 30% (trinta por cento) em relação ao lucro líquido ajustado, ou seja, na atividade rural o prejuízo fiscal poderá ser compensado sem observação do limite imposto para as demais atividades.

***2.5.3 Incentivos Fiscais***

De acordo com o CPC 07 os incentivos fiscais são uma espécie de contribuição de natureza pecuniária do governo em troca de cumprimento de uma obrigações, concedida a uma entidade em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas a atividade operacional da entidade, podendo ser mensurada financeiramente suas transações. O valor do incentivo fiscal não deve ser registrado até que exista uma segurança quanto ao cumprimento das exigencias estabelecidas por parte da entidade com relação a subvenção e também até que o valor concedido seja de fato recebido.

Ainda de acordo com o CPC 07 existe outras formas onde o imposto a pagar pode ser minimizado, estes se dão através da,

Isenção tributária é a dispensa legal do pagamento de tributo sob quaisquer formas jurídicas (isenção, imunidade, etc.). Redução, por sua vez, exclui somente parte do passivo tributário, restando, ainda, parcela de imposto a pagar. A redução ou a isenção pode se processar, eventualmente, por meio de devolução do imposto recolhido mediante determinadas condições.(CPC 07, 2010, p. 3).

O CPC 29 classifica as subvenções governamentais em subvenção governamental incondicional que está relacionada ao ativo biológico, onde somente poderá ser reconhecida, quando esse benefício governamental for recebível e subvenção governamental condicional, está relacionada ao ativo biológico, onde o governo pode exigir que a entidade somente desenvolva uma atividade agrícola especifica, podendo ser reconhecida no resultado esse benefício somente quando essa somente quando, a condição for atendida.

Outro ponto importante que o CPC 29 orienta, que somente deve utilizar o CPC 07, quando o ativo biológico for mensurado pelo custo menos qualquer depreciação ou perda irrecuperável acumulada.

**3 METODOLOGIA**

**3.1 Tipos de pesquisas**

Quanto aos fins segundo Gil (1999) as pesquisas podem ser classificadas quanto aos fins sendo elas pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa explicativa. O que vai definir o enquadramento em um ou outro tipo de pesquisa são os objetivos introduzidos no trabalho.

A Pesquisa exploratória segundo Gil (1999) é elaborada no sentido de possibilitar uma visão geral a respeito de determinado fato.

Ainda na concepção de Gil (1999) a pesquisa descritiva tem por objetivo principal expor características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Dentre suas características principais a mais significativa delas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Citando ainda Gil (1999) pesquisa explicativa tem por finalidade identificar os fatores que contribuem ou determinam para o acontecimento dos fenômenos.

Quanto aos meios Gil ressalta que “o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para coleta de dados”. (GIL 1999, p.65). Quanto aos meios refere se ao modo pelo qual se conduz o estudo, com isso, se obtêm os dados. Nessas tipologias enquadram se o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de levantamento, a pesquisa documental, a pesquisa experimental e a pesquisa participante.

Cervo e Bervian citados por Beuren e Raupp definem a pesquisa bibliográfica como a que:

[...] explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva e experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais e cientificas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema. (BEUREN; RAUPP; 2003, p.55)

 A pesquisa bibliográfica explicada por Gil (1999) é elaborada mediante a material já publicado, principalmente em artigos científicos e livros.

Se tratando de estudos contábeis Beuren e Raupp (2003) explicam que a pesquisa bibliográfica está sempre presente em estudos acadêmicos. Publicações feitas por autores sobre a teoria e a prática contábil podem auxiliar o estudante a conhecer o que foi elaborado de importante, no sentido de procurar formular teorias novas ou mesmo elucidar teorias já existentes.

Para atingir o objetivo proposto neste trabalho, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, com o intuito de se obter informações para um melhor entendimento do assunto investigado, afim de identificar propósitos, fatores e contribuir para uma melhor compreensão da pesquisa.

Na concepção quanto á abordagem do problema destacam se as pesquisas qualitativas e quantitativas.

 Beuren e Raupp (2003) explicam que em uma pesquisa qualitativa figuram-se análises mais profundas em relação ao evento que está sendo estudado. Uma abordagem qualitativa visa apontar características não observadas através de um estudo quantitativo. Uma abordagem qualitativa está em função da questão-problema a avaliar. Essa tipologia de pesquisa é de grande importância no aprofundamento de questões associadas ao desenvolvimento da Contabilidade, seja no campo teórico ou prático.

Essa se classifica como sendo de caráter qualitativo, pois os métodos e as características utilizadas são de observação e análise documental, visando um estudo das informações divulgadas nas demonstrações anuais e notas explicativas da empresa Suzano Papel e Celulose no que se refere aos ativos biológicos, tributos e indicadores financeiros.

Ainda de acordo Beuren e Raupp (2003) o tratamento de uma pesquisa quantitativa caracteriza se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta de dados como no tratamento dos dados.

As informações documentais foram extraídas das notas explicativas das empresas analisadas para atingir os objetivos já então estabelecidos neste trabalho.

1. **ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**
	1. **Empresa**

A Suzano Papel e Celulose S.A é uma empresa com 91 anos de existência operando no seguimento de celulose de eucalipto, atuando em 31 países. No Brasil a empresa emprega mais de sete mil profissionais próprios e cerca de onze mil terceirizados, mantendo sede administrativa em São Paulo, uma na Bahia e uma no Maranhão.

No exterior a Suzano Papel e Celulose S.A mantém um escritório comercial na China, e subsidiárias nos Estados Unidos, Suíça, Inglaterra e Argentina.

É uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A que detém 95,5% das ações ordinárias do seu capital social.

Suas áreas florestais somam 897 mil hectares, sendo que 460 mil com florestas plantadas, concentrada nos estados da Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Minais Gerais, Maranhão, Tocantins e Piauí. A Suzano avança no objetivo de fornecer produtos e serviços rentáveis e sócio ambientalmente corretos através de suas florestas renováveis como afirma o site da empresa.

* 1. **Tratamento do Ativo Biológico pela Suzano Papel e Celulose S.A**

Sendo a atividade agrícola, uma atividade que sofre transformações com o passar do tempo, os ativos biológicos da Suzano Papel Celulose S.A. compreendem a florestas reflorestadas de eucalipto, tendo seu ciclo de corte da madeira para produção de celulose a cada sete anos.

O método de avalição do valor justo dos ativos utilizado pela empresa é baseado no valor de mercado e não numa mensuração específica da entidade, devendo ser avaliado e mensurado de forma confiável, tendo em seu objetivo estimar o preço praticado entre participantes de um mesmo mercado em uma transação não forçada.

A Suzano Papel Celulose S.A. utiliza bases de estimativas do seu processo produtivo, restrições do uso da madeira e o ciclo de formação de suas florestas para avaliar seus ativos a valor justo.

Para a mensuração do valor justo a empresa utiliza o método de fluxo de caixa descontado para utilizar premissas de volume cúbico de madeira esperada por ano de plantio, tendo seus custos de formação, incluídos por custos das terras e tendo o seu preço de venda calculado com bases em pesquisas especializadas de cada região.

* 1. **Diferenças de reconhecimentos nas demonstrações**

Tendo como principal objetivo a convergência das práticas contábeis internacionais, em 2009 foi aprovado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) a adoção para a contabilização de ativos biológicos e produtos agrícolas até o ponto da colheita, o CPC 29, pois na agricultura os animais e as plantas sofrem constantes mudanças, podendo ter aumento ou a diminuição dos benefícios econômicos futuros destes ativos para a empresa.

Os ativos biológicos da Suzano Papel e Celulose S.A. é composto por florestas de eucalipto e sendo mensuradas a valor justo pela primeira vez a partir do exercício fiscal de 2010, conforme estabelecido pelo CPC 29. Pelas práticas contábeis anteriores esses ativos eram registrados ao custo histórico de formação.

**Figura 1 – Mensuração Valor Justo**

**Fonte: DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2010 - SUZANO HOLDING S.A. (EX-NEMOFEFFER S.A.)**

Antes da adoção do CPC 29, os ativos biológicos eram reconhecidos pelo custo histórico de aquisição, sendo somente reconhecido a sua receita na sua venda. Com a adoção das normas internacionais de contabilidade os ativos biológicos passarão a ser mensurados a valor justo, e não mais a valor histórico de aquisição desses ativos, ou seja, que a cada encerramento de exercício a empresa avalia e mensura os seus ativos biológicos utilizando o valor justo, de modo a reconhecer o valor do ajuste diretamente nas demonstrações de resultado do exercício.

* 1. **Benefícios fiscais e tributos a compensar**

A empresa Suzano Papel e Celulose S.A. não apresentou lucro no exercício de 2014, sendo assim o valor de Imposto de Renda e Contribuição Social que é calculado após determinação do Lucro Fiscal, foi para a empresa um crédito fiscal de R$ 102.437.000,00. Os principais motivos para o prejuízo do ano estão em de acordo com as notas explicativas disponibilizadas pela empresa no fato do acréscimo das despesas financeiras, principalmente no (incremento na dívida bruta, pagamento de juros provenientes do Projeto Maranhão e variações monetárias cambiais).

Abaixo demonstração do resultado do exercício apresentada pela empresa com as contas consolidadas.

**Tabela 1 - Demonstração do Resultado do Exercício de 2014**

|  |
| --- |
| **Demonstração do Resultado do Exercício** |
| **Exercício de 2014** |
| Receita de Venda de Bens e serviços | 7.264.599,00 |
| Custo dos bens e serviços vendidos  | (5.355.664,00) |
| Resultado Bruto | 1.908.935,00 |
| Despesas/Receitas Operacionais | (679.366,00) |
| Resultado Antes do Resultado Financeiro | 1.229.569,00 |
| Resultado Financeiro | (1.593.512,00) |
| Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro | (363.943,00) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 102.437,00 |
| Lucro/Prejuízo Consolidado do Período | **(261.506,00)** |

**Fonte: Adaptado de DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2014 - SUZANO PAPEL E CELULOSE SA**

O valor do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL poderá ser para a empresa no próximo exercício utilizado para compensações de impostos da mesma autoridade tributária sem o limite estabelecido pela Receita Federal de 30%, fato este que poderá gerar um alívio no caixa, pois com a compensação a empresa deixa de pagar o imposto com moeda corrente.

Outra informação relevante disponibilizada nas notas explicativas da empresa é o fato da mesma possuir um incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2018 nas receitas liquidas de celulose da unidade incentivada de Mucuri/BA. O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda e, na distribuição dos resultados do exercício, o montante é reduzido da despesa e destinado à conta de reserva de capital, conforme disposição legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia apurou prejuízo fiscal, portanto, não utilizou tal benefício.

De acordo com as notas explicativas, a tabela abaixo representa os créditos de IRPJ/CSLL pagos por estimativa no decorrer do período, onde no fim do exercício com o ajuste apresentou prejuízo fiscal pago pela empresa no decorrer do período, que serão utilizados na compensação de impostos retidos na fonte e com outros tributos federais devidos.

**Tabela 2 – Tributos a Recuperar**

|  |
| --- |
| **Tributos a Recuperar** |
|   | **Controladora** | **Consolidado** |
|   | **2014** | **2013** | **2014** | **2013** |
| IRPJ e CSLL - antecipações e imposto retidos | 125.312 | 85.570 | 125.425 | 88.742 |

**Fonte: Adaptado de DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2014 - SUZANO PAPEL E CELULOSE SA**

* 1. **Análise dos Indicadores Financeiros da Suzano Papel e Celulose S.A.**

Analisar do desempenho financeiro de uma entidade possui a finalidade de verificar a saúde financeira da uma empresa, tendo como ponto de partida os dados disponibilizados por elas, a fim de ter um diagnóstico bem preciso que auxilia nas tomadas de decisões.

* + 1. ***ROI***

Através da análise do ROI consegue-se avaliar a taxa de retorno do investimento sobre o montante que foi investido, verificando o ganho da empresa em relação ao seu custo.

O ROI é indicador de desempenho capaz de avaliar o retorno de um investimento comparado ao resultado, aplicando essa prática para Suzano Papel e Celulose S.A., é possível identificar a capacidade de geração de resultado do investimento feito. Com dados obtidos na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa encontramos que a empresa possui um ROI de 4,37%.

**Tabela 3 – Demonstração do Resultado do Exercício 2014/2013**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|   | **Controladora** | **Consolidado** |
|   | **31/12/2014** | **31/12/2013** | **31/12/2014** | **31/12/2013** |
| Receita Líquida de Vendas | 7.075.999 | 5.557.858 | 7.264.599 | 5.688.625 |
| Custo dos Produtos Vendidos | -4.858.972 | -3.879.655 | -5.355.664 | -4.190.315 |
| **Lucro Bruto** | **2.217.027** | **1.678.203** | **1.908.935** | **1.498.310** |
| **Receitas(Despesas) Operacionais** |  |  |  |   |
| Despesas com vendas | -698.979 | -483.514 | -300.796 | -250.996 |
| Despesas gerais administrativas | -356.960 | -337.604 | -392.761 | -377.049 |
| Resultado de equivalência patrimonial | -17.180 | -36.762 |  -  |  -  |
| Outras receitas operacionais, líquidas. | 4.266 | 87.381 | 14.191 | 105.302 |
| **Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro** | **1.148.174** | **907.704** | **1.229.569** | **975.567** |

**Fonte: Demonstrações Financeiras Suzano Papel e Celulose S.A. 31 de dezembro de 2014 e 2013**

**Tabela 4 – Balanço Patrimonial 2014/2013**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|   | **Controladora** | **Consolidado** |
|   | **31/12/2014** | **31/12/2013** | **31/12/2014** | **31/12/2013** |
| Ativo |  |  |  |   |
| Total Circulante | 6.658.482 | 6.506.048 | 6.609.424 | 6.471.714 |
| Total Não Circulante | 21.205.664 | 20.353.976 | 21.510.032 | 20.677.629 |
|   |  |  |  |   |
| Ativo Total | **27.864.146** | **26.860.024** | **28.119.456** | **27.149.343** |

**Fonte: Demonstrações Financeiras Suzano Papel e Celulose S.A. 31 de dezembro de 2014 e 2013**

ROI=Lucro operacional ROI= R$ 1.229.569,00 = **4,37%**

 Ativo Total R$ 28.119.456,00

É verificado que todo o valor empregado em ativos operacionais é transformado em lucro operacional na proporção de 4,37%. Ou seja, a cada 100 reais investidos na entidade, apenas R$4,37 é obtido como lucro no final do período. Através de seu balanço patrimonial, é possível notar, que a entidade necessita de grande parte de seu capital investido no imobilizado, quase 60% de todo o ativo, o que por consequência pode levar a esse baixo índice para o ROI. Ao comparar este índice com os demais tipos de retorno, até mesmo de renda fixa, podemos observar que é um número é bem abaixo das expectativas gerais do mercado. Para alavancar esse índice, poderíamos sugerir uma avaliação da necessidade de seus ativos operacionais e principalmente uma busca pela otimização dos processos fabris, reduzindo a capacidade de ociosidade e liquidando bens não necessários no processo produtivo.

* + 1. ***Lucro Residual***

O Lucro Residual como medida de desempenho gerencial tende a demonstrar o lucro considerando o custo de oportunidade do capital investido, metodologia similar ao EVA. Para se calcular o lucro residual, é necessário ter ciência do Custo Médio Ponderado de Capital, esse custo é subtraído do Lucro Operacional.

O Custo Médio Ponderado de Capital é a média ponderada do custo do financiamento das atividades, representado por juros se tratando de capital de terceiros e de remuneração sobre o capital, se tratando do capital próprio. Essa informação é de livre acesso nas notas explicativas divulgadas pelas entidades em suas demonstrações.

Conforme divulgado o Custo médio ponderado de capital da Suzano Papel Celulose S.a. é de 10,69%.

O retorno para os investidores da empresa é de 6.125% que corresponde ao custo de capital próprio identificado nas notas explicativas da empresa, já o custo de capital de terceiros corresponde a 13,370% esse percentual foi apurado através da despesa financeira dividido pelos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Identificamos que o capital próprio corresponde a 37,02% do capital total para isso pegamos o patrimônio líquido e dividimos pelo passivo total. E que o capital de terceiros corresponde a 62,98% do capital total da empresa para encontrar esse percentual foi preciso o valor do passivo total de menos o patrimônio líquido, dividido pelo passivo total.

Ao aplicarmos as porcentagens 6,125% de custo de capital próprio sobre o capital próprio, e de 13,370% de custo de capital de terceiros no capital de terceiros, teremos um custo médio ponderado de capital de 10,69%.

Por fim o lucro residual encontrado foi de -6,41% encontrado do lucro operacional subtraído do custo médio ponderado de capital e dividido pelos ativos.

Uma explicação para o resultado negativo é que ouve uma perda de valor na perspectiva econômica, pois existe agregação de valor quando o lucro obtido é superior ao custo de oportunidade.

* + 1. ***NGC, Capital de giro e Tesouraria***

Servindo de embasamento para análises, utilizamos dados financeiros da Suzano Papel Celulose S.A., para obtenção de indicadores, conforme a metodologia de análise financeira desenvolvida, já descrita em itens anteriores deste artigo.

O Capital de Giro, apresenta os recursos necessários para o giro das operações da entidade, matematicamente representado pela formula CDG = PNC-ANC.

Para trazer esse indicador para Suzano Papel Celulose S.A, pegamos toda sua base de ativo não circulante e subtraímos o Passivo Não Circulante, como apresentado a seguir em Reais x mil:

**Tabela 5 – Capital de Giro**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Passivo Não Circulante | **-** | Ativo Não Circulante | **=** | Capital de Giro |
| **14.839.300** | **-** | **4.835.969** | **=** | **10.003.331** |

**Fonte: Elaborado pelo Autores**

Conforme apresentado, o capital de giro da Suzano Papel Celulose S.A., gira em torno de R$ 8 bilhões, sendo este o recurso necessário para financiar as atividades da entidade.

Por sua vez, Necessidade de Capital de Giro é calculada considerando apenas itens operacionais, representado pela formula: NCG = ACO – PCO, na realidade da Suzano Papel e Celulose S.A., desconsideramos caixa e equivalência de caixa dos ativos por se tratarem de itens de financiamento e do lado do passivo desconsideramos remuneração a pagar sobre o capital próprio e empréstimos e financiamentos:

**Tabela 6 – Necessidade de Capital de Giro**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Ativo Circulante Operacional | **-** | Passivo Circulante Operacional | **=** | Necessidade de Capital de Giro |
| **2.930.440** | **-** | **3.090.763** | **=** | **-160.323** |

**Fonte: Elaborado pelo Autores**

Conforme metodologia aplicada a necessidade de capital de giro da entidade ultrapassa os R$ 1,6 bilhões.

O Saldo de tesouraria é a diferença entre os indicadores apontados acima, a capital de giro e a necessidade de capital de giro, matematicamente representado pela formula T = CDG - NDG.

**Tabela 7 – Saldo de Tesouraria**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Capital de Giro | **-** | Necessidade de Capital de Giro | **=** | Saldo de Tesouraria |
| **10.003.331** | **-** | **-160.323** | **=** | **10.163.654** |

**Fonte: Elaborado pelo Autores**

O saldo de tesouraria da Suzano Papel Celulose S.A. revela uma estrutura financeira sólida.

1. **CONCLUSÃO**

A contabilidade buscar gerar informações, confiáveis e de qualidade para as tomadas de decisões, e com a globalização as empresas buscam expandir suas vendas além das fronteiras nacionais, por isso estar alinhado com as normas internacionais de contabilidade instituídas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, passa a ser essencial a fim de captar recursos de terceiros, para atender suas necessidades de capital de giro, e conseguir os recursos financeiros necessários e demandados para financiamento de suas atividades.

Devido á importância do agronegócio ao PIB brasileiro, o CPC 29 busca trazer esclarecimento sobre algumas particularidades que somente a agricultura, possui como seus ativos biológicos, por ganharem ou perderam valor em decorrência das transformações biológicas que são naturais.

Outro ponto importante é que o CPC 29 é somente aplicado a ativos biológicos e os produtos advindos dele são tratados de acordo com o CPC 16 (estoques), ou seja, o ativo biológico é aquele que tem a capacidade de mudança, conseguindo mensurar e gerenciar essa transformação, gerando benefícios econômicos futuros a empresa.

A mensuração dos ativos biológicos é feita pela avaliação do a valor justo, que deve ser feita em um mercado confiável, sendo o valor pelo qual o ativo pode ser negociado ou o valor que seria recebido pela venda desse ativo, sendo reconhecido no resultado, essa variação de ganho ou perda em cada exercício social da empresa, não tendo um impacto tributário esse ganho pois, a Lei 12.973/14 define que o ganho a valor justo não é tributado no momento do reconhecimento, sendo somente tributado esse ganho na sua venda, caso não exista uma mercado confiável utiliza-se o a avaliação pelo método de custo devendo considerar todas os gastos da sua aquisição, tendo o seu ganho somente reconhecido quando houver a venda desse ativo.

No que tange ao reflexo que os impostos geram no caixa da empresa conseguimos observar que, como a empresa apresenta prejuízos, não há pagamento de IRPJ/CSLL, sendo que este valor será utilizado no exercício seguinte para compensação de impostos o que ajuda e muito nas saídas de caixa, pois a empresa deixará em caso de haver impostos a recolher de efetuar desembolsos.

Com os índices financeiros foi possível identificar que a empresa do ponto de vista gerencial é uma empresa sólida, pois todos os índices estão dentro do esperado, refletindo que a empresa possui um ROI pequeno, provavelmente por possuir em seu ativo não circulante grande quantidade de Imobilizados. Com relação á necessidade de capital de giro/Capital de Giro e Saldo de Tesouraria, constatamos que a sua necessidade é bem menor com relação aos outro dois itens, nos levando a concluir que dispõe de Saldo de Tesouraria Positivo, que lhe permite enfrentar aumentos temporários da necessidade de Capital de Giro.

Através da análise também podemos verificar que a Suzano Papel Celulose S.A. apresenta todos os requisitos orientados pelo CPC 29 de forma a mostrar as variações e o tratamento dos seus ativos biológicos, e melhor elucidar o entendimento de uma grande empresa no setor de agronegócios.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Manual prático de interpretação contábil da lei societária**. São Paulo: Atlas, 2010. viii, 269 p.

ALMEIDA, Lauro Brito de; et. al. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica** – GECON. São Paulo: Atlas, 2001.

ARAÚJO, Barros, Silva e Souza. **Impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBOVESPA**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 41 - p.59, set /dez, 2012.

BEUREN, I. M. Gerenciamento da Informação: **Um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000. 104 p

BEUREN, I. M. ; [RAUPP, Fabiano Maury](http://lattes.cnpq.br/5713468691984238) . **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: Ilse Maria Beuren. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 1ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRAGA, R. **Análise avançada do capital de giro**. Caderno de Estudos nº3, São Paulo, FIPECAFI – Setembro/1991. Disponível em: < <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad03/analise.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2015

BRASIL. Deliberação CVM nº 488, de 03 de outubro de 2005. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 out. 2005. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?Tipo=D&File=/deli/deli488.htm> Acesso em: 05 abr. de 2015.

BRASIL. Lei nº 12.814, de 16 de Maio de 2013. Altera a Lei no 12.096, de 24 de novembro de 2009, quanto à autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica e em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal; altera a Lei no 11.529, de 22 de outubro de 2007, quanto à concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia; altera a Lei no 12.409, de 25 de maio de 2011, quanto à concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais; altera as Leis nos 12.487, de 15 de setembro de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 11.491, de 20 de julho de 2007; prorroga os prazos previstos nas Leis nos 12.249, de 11 de junho de 2010, e 11.941, de 27 de maio de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 Mai. 2013. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12814.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2015

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 Dez. 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 10 abr. 2015

BRASIL. Decreto nº 3.000, de 26 Março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 Mar. 1999. D

isponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/d3000.htm>. Acesso em: 10 abr. 2015

BRASIL. [Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.718-1998?OpenDocument) Altera a Legislação Tributária Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 Nov. 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L9718compilada.htm>. Acesso em: 10 abr. 2015

BRASIL. [Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.065-1995?OpenDocument) Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, que altera a legislação tributária federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 Jun. 1995. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\_03/leis/L9065.htm>. Acesso em: 10 abr. 2015

BRIGHAM, E. F. e HOUSTON, J. F. **Fundamentos da moderna administração financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 713 p

CARDOSO, Ricardo Lopes; MÁRIO, Poueri do Carmo; AQUINO, André Carlos Busanelli de. **Contabilidade gerencial:**mensuração, monitoramento e incentivos. São Paulo: Atlas, 2007. 429 p. ISBN 9788522448098

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – The Conceptual Framework for Financial Reporting (IASB – BV 2011 Blue Book).** Disponível em < http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147\_CPC00\_R1.pdf>. Acesso em: 31 mar. de 2015.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 07 (R1) -** **Subvenção e Assistência Governamentais - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 20 (BV2010).** Disponível em < http:// http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/167\_CPC\_07\_R1\_rev%2003.pdf >. Acesso em: 31 mar. de 2015.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade − IAS 41.** Disponível em < http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/324\_CPC\_29\_rev%2003.pdf>. Acesso em: 31 mar. de 2015

COSTA, L. G.; LIMEIRA, A. F.; GONÇALVES, H. M.; CARVALHO, U. T. **Análise Econômico-financeira de Empresas**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2008.

### GANDHI, Mahatma. [Frases de Mahatma Gandhi](http://pensamentosefrases.com.br/Mahatma%2BGandhi.html). Disponível em: <[http://pensamentosefrases.com.br/Mahatma+Gandhi.html](http://pensamentosefrases.com.br/Mahatma%2BGandhi.html)>. Acesso em: 06 out. 2014

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; . **Contabilidade gerencial.**Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, c2004. 643 p. ISBN 9788521615651

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOULART, André Moura Cintra. **Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. 2003. 2002f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

**IFRS Brasil** - Discussões e cursos sobre a IFRS - <http://ifrsbrasil.com/ativos/outros/ias-41-ativo-biologico-e-produto-agricola-o-que-nos-ensina-esta-norma>. Acesso em: 04 abr. 2015.

MARION, José Carlos**. Contabilidade empresarial.** 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

**MANUAL de normas internacionais de contabilidade**: IFRS versus normas brasileiras. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010, 415 p.

MATARAZZO, Dante Carmire. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 385 p.

**Ministério da Agricultura -** <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/12/produto-interno-bruto-da-agropecuaria-deve-ser-de-rs-1-trilhao>. Acessado 31 mar 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de contabilidade internacional IFRS - US Gaap - BR Gaap:** teoria e prática. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012, 586 p

POHLMANN, Marcelo Coletto**. Contabilidade tributária.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas  a ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos  acadêmicos. 9. ed. rev. ampl. atual. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. Disponível em: <http://www.pucminas.br/biblioteca>. Acesso em:  15. mar. 2015

SILVA, A.A. **Gestão financeira: um estudo acerca da contribuição da contabilidade na gestão do capital de giro das médias e grandes indústrias de confecções do estado do Paraná**. 2002. 163f. . Dissertação de Mestrado em Controladoria e Contabilidade - Universidade de São Paulo – USP , São Paulo.

SILVA, José Pereira. **Análise Financeira das Empresas**. São Paulo: Altas, 2005.

Suzano Papel e Celulose. **DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2014 - SUZANO PAPEL E CELULOSE SA**. São Paulo. 2015. Disponível em < http://www.suzano.com.br/portal/grupo-suzano/arquivos-cvm/#>. Acesso em: 01 mar. 2015

Suzano Papel e Celulose. **Demonstrações Financeiras Suzano Papel e Celulose S.A. 31 de dezembro de 2014 e 2013.** São Paulo. 2015. Disponível em < http://suzano.infoinvest.com.br/ptb/5015/12-2014-Demonstracoes%20Contabeis%20Caderno%20Bovespa%20e%20KPMG-na.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2015

Tinoco, João Eduardo Prudêncio. **Avaliação Patrimonial em Contabilidade á Valores de Entrada e Saída.** Caderno de Estudos nº06, São Paulo, FIPECAFI, Outubro/1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cest/n6/n6a04.pdf>. > Acesso em: 05 abr 2015.